

# Representação desde o Império

O seminário do PMDB durou todo o dia e ocorreu no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Participaram a direção regional do Partido, os membros das executivas locais do Plano Piloto e das cidades-satélites e diversos militantes partidários. Pela manhã, foram apresentados os temas centrais do seminário, como aspectos jurídicos e históricos (Osmar Alves de Mello), aspectos econômicos (Ramonaval Augusto Costa), aspectos sociais (João Vianney), aspectos financeiros (Edgar Lincoln de Proença Rosa) e aspectos políticos (Maerle Ferreira Lima).

As dez horas, o secretário geral do Partido, Fernando Tolentino, abriu os trabalhos, ao que se seguiu à posse da primeira direção da Fundação Pedroso Horta do Distrito Federal. Após a palavra de seu primeiro presidente, Elias de Oliveira Motta, seguiram-se as palestras. A discussão dos temas pelos participantes foi realizada na parte da tarde. Na sua palavra de posse, Elias Motta assumiu o compromisso de buscar inverter a hierarquia de valores hoje predominante, pondo no ápice os princípios da liberdade e da justiça. Segundo afirmou, "os governos de força sempre colocaram no cume da hierarquia de valores a ordem e a segurança nacional".

## HISTÓRICO

O advogado Osmar Alves de Mello apresentou um estudo sobre as raízes históricas da representação política do Distrito Federal, lembrando que somente por duas vezes, desde o Império, o Distrito Federal não teve direito à representação: na vigência da constituição "polaca", período que durou sete anos e nove meses, e a partir da Constituição de 1977 (há já 16 anos). Alves de Mello recordou que, mesmo quando a capital era em Salvador e o Brasil ainda não era independente, o povo escolhia os seus representantes. O advogado relacionou também todos os projetos que propuseram eleições em Brasília, desde os que antecederam à Carta de 1977 (projetos que estabeleciam a marcação da data para as primeiras eleições de Brasília), até as recentes emendas constitucionais, que tentam incluir o direito na nova Constituição.

Ramonaval Augusto Costa analisou diversos aspectos da situação econômica do Distrito Federal, para defender a sua representação, desde a dimensão da sua população economicamente ativa até o custo da representação. Em determinado momento, o economista

afirmou que as decisões devem ser tomadas participativamente e questionou por que não fazer a industrialização de Brasília, defendendo que a pior poluição é a da pobreza e da violência. Segundo Ramonaval, Brasília tem um dos maiores índices de rotatividade do Brasil, por causa da construção civil, único setor industrial de peso na capital.

## PESQUISA

O teatrólogo João Vianney apresentou os resultados de um levantamento que coordenou junto a uma amostra de cerca de mil pessoas, distribuídas segundo as faixas de renda, idade e sexo da população de Brasília, procurando respeitar a porcentagem de sua distribuição urbana. Os resultados apontaram uma flagrante intenção de que o Distrito Federal deve estar representado, conclusão que foi majoritária nas cidades-satélites. Na Ceilândia chegou a 97 por cento. A pesquisa também revelou que o principal objetivo da população é a representação a nível do Executivo, sendo que no Legislativo estabeleceu a seguinte hierarquia: vereadores, deputados estaduais, federais e senadores.

O presidente do PMDB/DF, Maerle Ferreira Lima, demonstrou em sua palestra que o Distrito Federal do Brasil é o único que não dispõe de qualquer representatividade no mundo. Lembrou que, nos Estados Unidos, o District of Columbia tem onze vereadores e elege um deputado federal, embora sem direito a voto no parlamento. Afirmou ainda que a situação é mais vantajosa para os moradores dos distritos federais de Caracas e do México: no primeiro são eleitos 22 deputados, além de vereadores nos seus oito departamentos, enquanto no México é eleita uma Câmara de Vereadores e 40 deputados federais.

O expositor Edgar Proença Rosa, partindo do cálculo de que o Plano Piloto é responsável pela arrecadação de 86,7 por cento dos tributos do Distrito Federal, seguindo-se Taguatinga, com dez por cento, posicionou-se contrariamente à representação a nível das cidades-satélites. Ressalvou, entretanto, que deve haver algum sistema pelo qual os seus administradores sejam eleitos pela população local. Segundo Proença Rosa, o Distrito Federal passou, no ano de 1980, para o segundo lugar de arrecadação em todo o País, como consequência direta do incremento de arrecadação dos impostos sobre operações financeiras e sobre exportação.